

Cooperativismo e Economia Solidária: a constituição de uma Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos em São Joaquim (SC)¹

Cooperativism and Solidarity Economy: The constitution of a
Cooperative of Solid Waste Collectors in São Joaquim (Brazil)

Inea Giovana Silva-Arioli²
inea.giovana@gmail.com

Geraldo Augusto Locks²
geraldolocks@gmail.com

Mario Vitor de Sousa Arruda²
mvsarruda@gmail.com

Chaiane Susin Bernardo²
chai-susin@hotmail.com

Caroline Meerholz²
carolmeerholz@yahoo.com.br

Resumo. Este artigo tem por objetivo analisar as percepções de sujeitos envolvidos na constituição de uma cooperativa de trabalho de catadores de resíduos sólidos do município de São Joaquim, SC. O trabalho foi realizado por integrantes da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP/Uniplac), programa permanente de extensão, cuja missão é incubar e oferecer apoio técnico a Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) existentes ou que vierem à luz na região do Planalto Catarinense. Esta pesquisa de abordagem qualitativa é uma pesquisa de campo que coletou dados por meio de entrevistas semiestruturadas feitas com três catadores e três parceiros apoiadores; destes últimos, um é representante do poder público local e os outros dois, parceiros que atuam no Consórcio Intermunicipal da Serra Catarinense (CISAMA). Os resultados alcançados indicam o papel fundamental do poder

Abstract. This article aims at analyzing perceptions of people involved in developing a cooperative of solid waste collectors in São Joaquim, Santa Catarina State, Brazil. This research was conducted by members of the Technological Incubator of Popular Cooperatives at Universidade do Planalto Catarinense (ITCP/Uniplac), a permanent extension program whose mission is to incubate and provide technical support to existing solidarity economy enterprises in the Plateau region of Santa Catarina. This qualitative research is a field research in which the data were collected through semi-structured interviews conducted with three collectors and three supporting partners: a local government representative and two partners operating at the Intermunicipal Consortium Santa Catarina da Serra (CISAMA), a public enterprise. The achieved results indicate relevant elements such as the key role of government and the legal

¹ A pesquisa foi financiada pela Fundação UNIPLAC, por meio do Edital 035/2015.

² Universidade do Planalto Catarinense. Av. Castelo Branco, 170, Universitário, 88509-000, Lages, SC, Brasil.

público e da base jurídica para a formação da cooperativa; o difícil contexto dos catadores e as dificuldades que permeiam a formação da cooperativa; a importância das entidades de apoio neste processo; e a compreensão da cooperativa como um trabalho coletivo democrático.

Palavras-chave: cooperativa, catadores de resíduos sólidos, Economia Solidária.

basis for the constitution of the cooperative; the difficult context of the collectors and the difficulties underlying the formation of the cooperative; the importance of support organizations in this process and the understanding of the cooperative as a democratic collective work.

Keywords: cooperative, collectors of solid waste, Solidarity Economy.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar as percepções de sujeitos envolvidos na constituição de uma cooperativa de trabalho de catadores de resíduos sólidos do município de São Joaquim (SC). O trabalho emergiu do fato de seus pesquisadores acharem-se vinculados à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Planalto Catarinense (ITCP/Uniplac) e participarem efetivamente do processo de constituição da cooperativa. A Incubadora, que tem o apoio do CNPq/MTE/SENAES pela Chamada nº 089/2013, possui como foco norteador o desenvolvimento de ações que fomentem e fortaleçam a Economia Solidária no município de Lages e região, por meio de processos de incubação e/ou apoio técnico a Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

A ITCP/Uniplac consiste num programa permanente de extensão da universidade, e suas atividades se afirmam pelo tripé ensino, pesquisa e extensão. Portanto, esta pesquisa agora traduzida em artigo científico resulta de uma estreita relação entre o trabalho de campo sistemático e a preocupação concomitante com a produção do conhecimento no sentido de disseminar tecnologias sociais fomentadoras da Economia Solidária. Neste sentido, um dos eixos de intervenção da ITCP é o trabalho com os catadores, realizado em parceria com o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA) em toda a região da Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), que desenvolve o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS).

Ressalta-se que o momento histórico atual é propício à organização de cooperativas de trabalho de catadores de resíduos sólidos, visto a recente legislação que regulamenta o setor de resíduos sólidos no país pela Lei 12.305/2010, que institui esta Política Nacional de Resíduos Sólidos. Neste sentido, os resultados alcança-

dos podem conduzir para a identificação das potencialidades e fragilidades vivenciadas no processo de formação da cooperativa, uma contribuição relevante para o aprimoramento e desenvolvimento de tecnologias sociais voltadas para a organização dos catadores em cooperativa de trabalho.

Cooperativismo e Economia Solidária

O cooperativismo é uma organização alternativa ao sistema capitalista dominante, que surgiu em contraposição ao desenvolvimento do capitalismo industrial europeu juntamente com o mutualismo e associativismo. Posteriormente, estes movimentos ganharam força e afirmaram o conceito de Economia Social, principalmente em alguns países da Europa (Parente e Gomes, 2015).

A organização coletiva do trabalho, que tem por base relações de reciprocidade e igualdade, é caracterizada por diversas práticas e formas, sendo a forma mais típica o cooperativismo, que se configura pela gestão dos meios de produção de forma democrática pelos próprios trabalhadores. No Brasil, grande parte destas organizações coletivas encontram-se no âmbito da Economia Solidária, onde se destacam as associações comunitárias e as cooperativas populares (Coelho e Godoy, 2011).

Rodrigues (2006) relata que as primeiras iniciativas cooperativistas no Brasil surgiram pouco tempo depois que o movimento despertou no mundo. Passados menos de 50 anos da criação da primeira cooperativa, na Inglaterra, em 1844, os brasileiros registraram formalmente a sua pioneira. Em Minas Gerais, foi formalizada a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, no ano de 1889. Essa forma de organização do trabalho busca o bem-estar social e impulsiona a melhoria de qualidade de vida dos cooperados e da comunidade de que faz parte. Tem

ainda funcionado como eficiente instrumento de inclusão social diante das crises capitalistas e da precarização do trabalho.

A Economia Solidária (EcoSol) compõe-se das empresas que efetivamente praticam os princípios do cooperativismo, ou seja, a autogestão. Ela faz parte, portanto, da economia cooperativa ou social, sem, no entanto, confundir-se com as cooperativas que empregam assalariados. Na realidade, a grande maioria das empresas apresentam graus muito variados de autogestão, não apenas de cooperativa, mas para a mesma cooperativa em diferentes momentos (Singer, 2002).

A EcoSol deve ser compreendida a partir do conjunto das transformações que vêm reconfigurando o quadro social nas últimas décadas, principalmente com a crise do trabalho assalariado que obrigou os trabalhadores que perderam seus empregos e outros que se encontram fora do mercado formal de trabalho a buscar outras formas de subsistência. Este fenômeno abarca experiências, nacionais e internacionais, que se proliferam e têm como ponto central a busca da autogestão, a formação de cooperativas (de trabalho e de produção) e/ou a associação de trabalhadores (Leite, 2009).

Singer (2009, p. 4) afirma que “Economia Solidária é o nome que se dá para novas formas de produção e consumo que priorizem o preço justo e a associação dos trabalhadores. Na prática, a economia solidária é exercida por cooperativas, associações e redes de auxílio entre trabalhadores e consumidores”.

Segundo Parente e Gomes (2015), este movimento é impulsionado pelas condições precárias dos grupos mais desfavorecidos, que buscam a potencialização dos meios para melhores condições de vida e uma maior integração social. Nestes empreendimentos, os trabalhadores constroem uma cultura econômica e gerencial diferenciada, aproximando-se – ou buscando fazê-lo, com dificuldades – de uma cidadania ativa.

Apesar da autogestão enquanto um princípio organizador de empreendimentos não ser uma ideia nova, as cooperativas e associações de trabalhadores têm protagonizado formas alternativas às hegemônicas, destacando-se no desenvolvimento de atividades econômicas e de geração de renda com justiça social e responsabilidade com o ambiente. As últimas décadas têm se mostrado profícuas na proliferação do trabalho associativo e autogestivo, em empreendimentos que perseguem a

geração de renda, tanto quanto a dignidade e solidariedade (Veronese, 2008).

O caminho percorrido pela EcoSol pode nos levar ao diálogo com o processo de autonomia, cidadania, solidariedade e cooperatividade, que deveriam direcionar nossas práticas diárias e os processos coletivos engajados nesses ideais. A EcoSol coloca em questão não só a relação nos modos de produção; ela diz respeito à possibilidade de aprender sobre os princípios de solidariedade e igualdade no cotidiano e tem como ponto central reconhecer a importância do ser humano e suas características específicas de comprar, vender, trocar e produzir de modo não exploratório (Nascimento, 2006).

A conjuntura brasileira favoreceu a criação e manutenção de empreendimentos econômicos solidários (EES), e, a partir de 1990, a EcoSol conquista também reconhecimento público, político e científico. Atualmente o movimento é impulsionado por EESs que se agregam em redes de suporte, em instituições acadêmicas e científicas que dão visibilidade ao processo e ao aparato público/estatal de fomento (Parente e Gomes, 2015).

A partir de 2003, a EcoSol assumiu a forma de política pública incorporada ao Ministério de Trabalho e Emprego. Está organizada em mais de 160 Fóruns locais, municipais, estaduais, incluindo o Fórum Nacional. Por todo o território nacional, nos últimos anos, a EcoSol vem se apresentando como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda, em resposta à exclusão social. É constituída por uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, realizando atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo.

No território do Planalto Catarinense, Lages é o único município que já conta com lei municipal de economia solidária. Desde 2001, ela vem se organizando em diferentes municípios da região. Também se constata a diversidade de empreendimentos solidários, de natureza informal ou formal. A Cooperativa de Trabalho de Catadores de Resíduos Sólidos de São Joaquim está em processo de organização e deverá orientar suas ações pelos valores e princípios da Economia Solidária com as seguintes características: cooperação, autogestão, atividade econômica geradora de trabalho e renda e solidariedade.

Percurso metodológico

Esse estudo configurou-se como uma pesquisa de campo, que, segundo Gil (2002), coleta os dados na realidade social onde o fenômeno acontece, sendo delimitada como trajeto mais coerente para consecução de seus objetivos a utilização do enfoque qualitativo.

O campo de inserção dos pesquisadores e realização da pesquisa foi uma cooperativa localizada na cidade de São Joaquim (SC), que no momento da pesquisa contava com 08 integrantes e vivenciava o processo de formação e oficialização da cooperativa, com todas as dificuldades, sonhos e potencialidades que permeiam este processo. A formação do grupo de cooperados deu-se a partir da articulação de dois grupos de catadores que já existiam no município há anos, mas que realizavam o trabalho de forma isolada.

A coleta de dados realizou-se na cidade de São Joaquim e Lages, de abril a outubro do ano de 2015, e o universo de participantes da pesquisa foram três (03) membros da Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos de São Joaquim (SC) (que titularemos de C1; C2 e C3) e três membros de entidades de apoio e poder público (que titularemos de A1; A2 e A3), dois (02) integrantes do CISAMA e um (01) membro do Poder Executivo de São Joaquim. Os critérios de inclusão na amostra da pesquisa foram: (i) ser membro da Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos de São Joaquim (SC), ou do CISAMA, ou do Poder Executivo de São Joaquim e; (ii) concordar em participar da pesquisa.

Para a coleta de dados utilizou-se como instrumento a entrevista semiestruturada, que parte de questionamentos básicos, mas, à medida que o sujeito verbaliza, novos questionamentos podem surgir, o que implica o acesso às crenças, valores e representações subjetivas do sujeito pesquisado (Triviños, 2013; Minayo, 2004).

A análise dos dados teve como base a Análise Temática, proposta por Minayo (2004), que busca identificar os núcleos de sentido que compõem uma comunicação que tenham significado para o objetivo analítico visado. A partir da leitura flutuante das falas dos sujeitos pesquisados, foram destacadas unidades de registro, de onde emergiram temas que possibilitaram a construção das categorias.

Resultados: a percepção dos sujeitos

Os resultados desta pesquisa foram organizados e analisados à luz da teoria existente

e evidenciaram quatro categorias: (i) garantias jurídicas e apoio do poder público; (ii) contexto dos catadores e dificuldades na formação da cooperativa; (iii) importância das entidades de apoio; e (iv) economia solidária, inclusão produtiva e cooperativa como trabalho coletivo e democrático; as categorias serão evidenciadas e discutidas a seguir.

Garantias jurídicas e apoio do poder público

A partir da coleta de dados evidenciou-se que o movimento de criação da cooperativa em questão surge a partir das garantias jurídicas e o apoio do poder público do município. A não terceirização do serviço e o interesse dos representantes do poder público em organizar os catadores e oportunizar uma fonte de renda tiveram como base a Lei 12.305/2010 (Brasil, 2010), que preconiza o incentivo à criação de associações e cooperativas de catadores.

O trabalho dos sujeitos catadores e a garantia de fazer cumprir a lei por parte do poder público fizeram emergir a possibilidade de um contrato legal e a formalização dos grupos existentes em uma cooperativa, bem como a organização da gestão compartilhada da atividade, com vistas aos conceitos e processos de autogestão, solidariedade e educação ambiental.

Na primeira categoria de análise, optamos por discutir sobre o início do interesse da constituição da cooperativa, que emergiu a partir das garantias jurídicas e do apoio e interesse do poder público e apoiadores na fundação e formalização dessa atividade.

Entrevistador: *O que motivou a criação da cooperativa?*

A3: *Nós, o poder público, a cooperativa dá garantia jurídica para poder trabalhar com a forma legal, a própria lei nacional preconiza isso.*

As entrevistas evidenciam que a Lei 12.305/2010 (Brasil, 2010) fundamentou as ações e deu as diretrizes para a forma de organização do coletivo, pela priorização das cooperativas, questão confirmada pelo representante do poder público, que demonstrou em todo seu discurso o conhecimento do território e da população que está engajada nesse movimento, buscando maneiras coletivas de gestão que, segundo Cunha (2003, *in* Coelho e Godoy, 2011), são formas de organização e associação pautadas por formas de produzir, reproduzir e se relacionar igualitários:

A3: *Mas a gente não queria começar com a coleta seletiva terceirizando o serviço para empresa, a gente queria que mesmo tendo poucos catadores, que isso surgisse como uma oportunidade para essas pessoas né, que tivesse um fundo, um fim social. [...] É fundamental, é fundamental, é quase uma obrigação nós com eles.*

No contexto pesquisado e conforme fica claro na fala de seu representante, o poder público mostra-se engajado no movimento de formação da cooperativa de catadores. Segundo Coelho e Godoy (2011), é de extrema importância uma economia pública comprometida e um poder público responsável e democrático, de forma a viabilizar a constituição do empreendimento em cooperativa e a respaldar sua organização. Neste sentido, Nascimento (2006) afirma que o ponto central da EcoSol são as necessidades sociais da população, configurando-se em instrumento de combate à exclusão social e uma alternativa viável para a geração de trabalho e renda, reduzindo as desigualdades materiais.

Podemos afirmar, a partir dos dados coletados, que essas características explicitam-se em estratégias de enfrentamento dos problemas das comunidades para muitos gestores comprometidos com a melhoria das condições de vida da população mais desfavorecida.

A Lei de resíduos sólidos prioriza grupos organizados em cooperativas ou associações na execução da coleta seletiva, bem como serve como incentivo à geração de trabalho e renda para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Determina na Seção IV (Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos) “implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (Brasil, 2010, p. 11).

Cabe salientar as sinalizações feitas pelo poder público acerca das prerrogativas da lei, bem como o interesse dos catadores na participação na coleta, triagem, comercialização dos resíduos e na educação ambiental. Estes aspectos são firmados como um dos pontos importantes no contrato a ser estabelecido entre o poder público e a cooperativa, fato que legitima a prática dos catadores bem como o compromisso do poder público para com os mesmos:

A2: *Claro que com o poder público sinalizando com as coisas da lei, na prestação de serviços, na gestão do resíduo sólido e operando pra isso, acho*

que São Joaquim tá preocupado lá em reservar parte de um contrato que é a parte da coleta seletiva já pra eles. [...] E tem catadores lá com 7 anos, 10 anos catando, vivendo do material reciclável, então já prestam um serviço, mas na condição de poder sobreviver e agora vem a lei dizendo, o gestor público dizendo, o plano [PIGIRS] dizendo, que eles têm como se incluir de forma organizada. Então eu acho que como eu tô vendo o processo lá, acho que ele é novo, acho que não tem cooperativas de trabalho legítimas na nossa região e tá se organizando um projeto de constituição piloto onde todo mundo tá investindo.

Um dos apoiadores refere a existência de sujeitos que trabalham com o material reciclável há anos e vivem dessa atividade como sustento e sobrevivência para as famílias. Dentro deste contexto, a obrigatoriedade trazida pela lei, que preconiza o fomento e apoio da gestão pública às iniciativas de cooperativas organizadas, configura status legal/legítimo à atividade dos trabalhadores e evidencia um processo inovador.

Quando A2 afirma que todos estão investindo, caracteriza a construção coletiva do processo, formada pelos catadores em busca de uma maneira de legitimar suas atividades, implicados que estão em sua organização de trabalho, o poder público garantindo o acesso aos direitos dos sujeitos envolvidos, como também as entidades de apoio, que seguem realizando um trabalho de incubação, apoio técnico e educativo.

No entanto, é importante ressaltar que só os apoiadores e o poder público trazem em seus discursos as garantias explicitadas na lei; os catadores, por sua vez, não demonstram o conhecimento do conteúdo da lei em suas entrevistas, o que pode indicar a falta de apropriação da compreensão das garantias da lei na proteção de seus direitos.

Contexto dos catadores e dificuldades na formação da cooperativa

Para compreender o processo de constituição da cooperativa, é necessário compreender os sujeitos partícipes e levar em consideração o seu contexto. O início desse processo de organização dos catadores se desdobrou da integração de dois grupos existentes no município, que realizavam seu trabalho de forma independente. Para a criação e formalização da cooperativa, foi necessária a unificação destes grupos, para formar um grupo mínimo de sete trabalhadores exigidos para a cooperativa.

O discurso dos apoiadores nos remete para a percepção de uma população vulnerável e excluída que se apresenta como desafio na formalização da cooperativa, evidenciando que esse processo de formação é lento e gradual e pode se prolongar pelas dificuldades encontradas no caminho. A discussão destes aspectos nos instiga a refletir sobre as características do sistema capitalista que emergem nas condições de vida desses trabalhadores, visto que sempre foram discriminados e explorados.

A2: *É um público mais difícil que eu já trabalhei, porque são pessoas desapropriadas de tudo, que quem se aproxima é para explorá-las e simplesmente não acreditam que é um processo sem nada em troca, então é um público mais difícil, não é por questão de escolaridade ou por compreender cooperação, é porque os caras tão desacreditados de tudo.*

A3: *Essas pessoas são invisíveis, elas não se apresentam a maioria nessa condição, e fazem o trabalho de coleta, de triagem, de comercialização. Então eu acho que esse é um desafio.*

C1: *Lá (em outro município da região) a rejeição é enorme, vem da cultura serrana que é assim, porque catar lixo é humilhante pras pessoas.*

Tanto catador quanto apoiador percebem a invisibilidade social e preconceito que esse público enfrenta. Segundo Parente e Gomes (2015), apesar de ser uma profissão reconhecida no Brasil, esses sujeitos que circulam pelas ruas catando material reciclável sofreram perseguições por estarem associados à marginalidade. A figura do catador está associada nos países periféricos à geração de renda e integração pelo trabalho; no entanto, segundo Dias (2002, in Parente e Gomes, 2015), os instrumentos de trabalho variam, mas têm em comum a precarização do trabalho, o afastamento social e o descrédito aos apoios de instâncias políticas.

Neste sentido, a organização destes sujeitos em cooperativas autogestionárias pode indicar um caminho potente para a transformação da realidade em busca da superação das vulnerabilidades, pois é uma das formas de organização de coletivos onde os trabalhadores constroem uma gestão democrática conduzida por todos (Coelho e Godoy, 2011).

C1: *Cooperativa é a única saída na verdade, se o plano vai funcionar aqui... se não tiver cooperativa não vai funcionar, então ou a gente pega pra nós ou daqui a pouco alguém de fora vai vim pegar.*

C1 evidencia que a cooperativa é a possibilidade mais viável, a 'única saída' para o grupo. Sendo assim, a opção por organizar o trabalho em forma de cooperativa possibilita vislumbrar a atividade de maneira mais sólida e sustentável e a aproximação com os objetivos institucionais e de gerência para o trabalho de coleta, seleção e reciclagem dos resíduos sólidos. Sendo assim, a cooperativa apresenta-se como a resposta mais adequada às demandas sociais e dos próprios trabalhadores (Coelho e Godoy, 2011).

Dois aspectos recorrentes nos discursos dos sujeitos foi o longo tempo para formação da cooperativa e a importância das relações interpessoais, reafirmada pela necessidade de integração entre os membros dos dois grupos, que se evidenciou crucial para a compreensão do processo. É perceptível que uma das dificuldades presentes na constituição e fortalecimento do trabalho da cooperativa foi a união desses dois grupos de catadores já existentes no município.

C1: *Então eu imaginei que seria bem mais complicado pelo fato de nós termos dois grupos na cidade, nós não temos várias pessoas vindo, nós temos dois grupos e só. A verdade é essa: que estão se diluindo para formar um grupo só, achei que a dificuldade ia ser aí.*

A3: *E aí tem a questão dos dois grupos, é fazer com que esses dois grupos vivam juntos [...] Era pra nós termos criado a cooperativa em abril, como tinham dois grupos, o grupo do C3 e o grupo da C2, no momento eles viram isso como uma ameaça né, eles estavam, a leitura que eu tive...*

Essas falas caracterizam que dentro do movimento de constituição da cooperativa existem momentos em que o processo progride e momentos em que a situação se mostra mais difícil e tende a retroagir. Um dos fatores que exigiu um tempo e cuidado maior devido à sua complexidade e dinamicidade foi o fortalecimento das relações dos sujeitos envolvidos. As dificuldades existentes entre os membros de um grupo, "a reciprocidade, os laços morais e a comunicação interpessoal devem ser examinados à luz de suas ambivalências e conflitos, evitando abordagens que poderiam levar a uma compreensão ingênua do campo da economia solidária e das relações que ele engendra" (Veronese, 2008, p. 50).

No entanto os desafios não se resumem à questão dos aspectos interpessoais; os aspectos burocráticos de formalização e a organi-

zação do trabalho também aparecem como aspectos que merecem cuidado redobrado. Neste sentido, Paula *et al.* (2010) afirmam que, apesar da organização em cooperativas possibilitar um maior poder de barganha aos cooperados e a oportunidade de venda direta às indústrias, sem a figura do atravessador, estas enfrentam dificuldade no estabelecimento de vínculos e compromissos entre os catadores e a cooperativa, pois estes estão acostumados a realizar um trabalho autônomo que lhes permite obter retorno financeiro diário ou semanal, mesmo que muito baixo, sem se submeter a regras e regulamentos que são obrigados a cumprir quando realizam um trabalho cooperado.

A1: *Agora eu estou vendo que ele tá andando um pouquinho mais, mas pelo que eu soube do tempo que tá acontecendo ele tá sendo bem demorado. Porque de repente os membros acabam desistindo, eles não estavam se afinando em relação aos objetivos e interesses de cada um para a criação da cooperativa e aí vai surgindo as dificuldades entre os membros... E a parte burocrática também dificulta bastante.*

C3: *Acho que está enrolado um pouco, né. No começo era “vamos, vamos, vamos, e vamos montar” e depois de um mês pra cá não ouvi falar mais nada.*

Esta lentidão na constituição da cooperativa, que se evidencia permeada de entraves, é um fator que dificulta o andamento das atividades e desmotiva os sujeitos envolvidos, situação que exige persistência e determinação na condução do processo. A necessidade da documentação legal, que compõe os aspectos burocráticos, também retarda e engessa a formação da cooperativa, tornando o contexto de difícil compreensão aos catadores.

Mas, apesar destes desafios, os catadores mostram-se vinculados ao trabalho de composição da cooperativa, buscando estratégias de enfrentamento das dificuldades, como fica evidente a seguir.

C1: *Ele tem a mesma responsabilidade que qualquer um de nós seis. Tá, mas como que vai ser isso? Aí eu disse: isso nós vamos aprender...*

C2: *O que eu acho necessário, o que eu acho necessário é mais empenho, mais colaboração, participação mesmo. Tu xê o presidente, como eu te falei até agora, não reuniu a gente, daí vamos nós passar na frente dele, não tem como, então eu acho que tá é faltando empenho da parte dele.*

Os discursos anteriores remetem para a diluição do poder dentro da cooperativa e a necessidade de aprender diante dos desafios que se apresentam. No entanto, a fala de C2, ao mesmo tempo que evidencia necessidade de fazer um trabalho coletivo, onde todos participem conjuntamente, também evidencia a figura de poder do presidente da cooperativa, afirmando que a falta de iniciativa dele pode impedir a participação dos demais integrantes. Esta afirmação demonstra a autoridade delegada ao presidente e apresenta as expectativas ali depositadas, sem refletir que o processo cooperativo dilui o poder entre os cooperados, instrumentalizando-os a alterar tal situação.

Outra preocupação apresentada é com o espaço para realizar a separação e a reciclagem do material, a construção das centrais regionais previstas no Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS). A busca por estratégias para financiamento é seguida pela reflexão, por parte do entrevistado, de que os cooperados terão outros desafios a enfrentar no caminho que se inicia.

A2: *Mas das centrais regionais, que é o caso de São Joaquim, elas estão sendo elaboradas, agora o nosso desafio é conseguir os recursos públicos pra fazer os investimentos, pra eles terem um espaço adequado para fazerem a seletiva desse material. [...] Esse é o desafio que está posto pra gente, pra depois você ter um espaço adequado e fazer um contrato de sessão multiuso, onde eles vão se responsabilizar por essa estrutura, pela manutenção, então eles vão ter que começar a administrar custos, investimentos fixos. Olha quanta coisa eles vão ter que entender no futuro [...] Mas então eles vão ter que entender de economia, de administração de novas relações no mercado, de novas relações no trabalho, então o desafio é esse, eles tão indo bem, mas vamos ver daqui pra frente.*

As cooperativas de catadores de resíduos sólidos estão calcadas em um tripé: a infraestrutura, que abarca desde o local para o depósito, separação e venda dos resíduos, até as máquinas necessárias neste processo; a mão de obra dos cooperados, que devem ter uma organização interna do trabalho desenvolvido e; a documentação legal, que inclui o estatuto, o regimento, o registro na Junta Comercial entre outros (Fortim e Faria, 2002). Este tripé se mostra de difícil manejo, pela complexidade envolvida em todos os processos citados.

Segundo Medeiros e Macêdo (2006), o conhecimento do circuito do material reciclável,

ou seja, sua logística, é outro ponto crucial neste processo. É necessária a compreensão dos sujeitos envolvidos no ciclo de vida dos materiais, pois os trabalhadores desempenham papel importante no processo de reciclagem e, pelo fato de participarem de forma ativa, devem conhecer a logística dos materiais recicláveis e desenvolver outras competências que visam à potencialização das atividades da cooperativa. Neste sentido, a necessidade do desenvolvimento de conhecimento em várias áreas para a manutenção de uma cooperativa, evidente no discurso de A2, é recorrente na literatura consultada.

Importância das entidades de apoio

Esta categoria traz como foco a importância das entidades de apoio, neste caso em específico a ITCP/Uniplac e o CISAMA. Vale ressaltar que estas duas apresentam-se como parceiras, em várias ações na região serrana do Estado de Santa Catarina, no apoio à formação de cooperativas de trabalhadores catadores de resíduos sólidos no território do Planalto Catarinense. Trata-se de uma prática social organizativa piloto no contexto de um plano de trabalho (PIGIRS), desenvolvido pelo CISAMA e com o apoio técnico da ITCP.

O CISAMA é pessoa jurídica de direito público, dotado de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, que tem como finalidade promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico do território onde atua. Tem como princípios norteadores a atuação integral; unicidade e descentralização; participação ampla e controle social; intersetorialidade; interdisciplinaridade e pluralidade. A esfera de atuação deste consórcio tem como área de abrangência todo o território da Serra Catarinense, composto por 18 municípios. Neste sentido, o PIGIRS é um importante instrumento de ação desta entidade, visto que a sustentabilidade é uma das diretrizes de sua proposta de desenvolvimento para a Serra Catarinense (CISAMA, s.d.).

Em relação à Incubadora Universitária (ITCP), alguns autores, como Leite (2009) e Singer (2002), destacam estas entidades de apoio, ressaltando sua importância dentro do contexto da EcoSol no país. A primeira Incubadora surgiu em 1998, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e neste mesmo ano foi fundada a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Popula-

res (ITCP), que tem como objetivo difundir a experiência destas entidades em todo o país e de articulá-las entre si, com vista ao fomento e transferência de tecnologias e conhecimentos. Neste sentido, as ITCPs evidenciam-se em entidades que têm muito a contribuir no apoio técnico, organizativo e formativo das cooperativas e EESs.

Um dos pontos de relevância no discurso dos sujeitos entrevistados foi a importância das entidades anteriormente citadas na mobilização, suporte técnico, organização, formação e atendimento às demandas da cooperativa. Neste sentido, vale realçar a fala de A2, que traz a questão da impossibilidade do poder público, de forma isolada, arcar com o auxílio necessário a estas cooperativas.

A1: Os apoiadores eu acho bem essencial e a possibilidade da formação da cooperativa, acho que assim... vontade, interesse eles têm, mais aí na hora de burocratizar acaba dificultando e também a gente acaba agindo como mediadores nas questões deles. Eu acho bem importante.

A2: Acredito que sem apoiadores não se organizaria a cooperativa. Então só que a questão é quem são esses apoiadores! Não que o poder público não possa, só que daí ele tem que fazer uma chamada pública, ele tem regras bem distintas pra cumprir e constituir a cooperativa, pra minimizar esse "poder" do poder político.

A2 deixa nas entrelinhas que a possibilidade do poder público ter prerrogativas irrestritas pode criar dificuldades futuras e ressalta que as entidades de apoio são parte fundamental na organização das cooperativas. Neste sentido, é fundamental trazer a contribuição de Leite (2009), que apesar de ressaltar a importância do município como estimulador de projetos e ações demandadas pelos sujeitos sociais, também alerta para a fragilidade do marco institucional, situação que implica uma dependência da sensibilidade do gestor público a determinadas causas. A fala do entrevistado instiga a reflexão da possibilidade que esta "sensibilidade" pode ser um campo fértil para o beneficiamento de interesses do próprio gestor, evidenciando a necessidade de outras formas e mecanismos de controle.

Por sua vez, A1 indica a importância da ITCP e do CISAMA no apoio à organização da cooperativa por meio do processo de incubação e apoio técnico nos processos formais e burocráticos da cooperativa. A entrevistada afirma que a dificuldade maior é com os

trâmites burocráticos e na mediação entre os participantes do grupo, onde refere ser maior o auxílio dos apoiadores.

A3: *Então é fundamental esse apoio, mas eu tinha um grande medo como eles iam se virar sozinhos, só o movimento [Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis] não daria conta, não daria... O movimento nacional e o catarinense não daria suporte o suficiente pra eles saírem do chão, tem que ter essa parceria.*

O representante do poder público ressalta a importância de outro ator social: o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), apesar de deixar claro que apenas este movimento social não se configuraria em suporte para todas as necessidades do surgimento e manutenção da cooperativa. O referido movimento, surgido em 1999, um ano antes da ocupação de catador ser identificada pela Classificação Brasileira de Ocupação (CBO), tem evidenciado sua importância enquanto foco de luta em defesa dos catadores.

O MNCR é uma instância de defesa dos interesses dos catadores que auxilia sobremaneira na organização da categoria e nas formas de executar o trabalho de coleta e “da organização em torno da coleta que traduz as tecnologias produzidas na articulação e na troca de experiências entre catadores de vários locais e regiões e de diferentes países” (Bortoli, 2013, p. 251). Esses trabalhadores, organizados como movimento social de pessoas que vivem em condições semelhantes de exploração e de opressão, expressam sua condição de vida por meio de suas reivindicações, na busca de visibilidade às atividades que desenvolvem e, nesse movimento, fortalecem suas lutas (Bortoli, 2013).

No entanto, apesar da força do MNCR, os cooperados indicam que é necessário um apoio mais próximo e cotidiano nas dificuldades e desafios presentes:

C3: *Se não fosse vocês [entidades apoiadoras] nós estaríamos na mesma coisa, se vocês não tivessem puxado, ia estar aqui trabalhando por conta, a gente ia estar na mesma coisa, tá parado na mesma coisa e só. Aí se não fosse vocês puxarem o carro pra gente...*

C1: *Então se não tem essa provocação para nós fazer, não sairia mais. Mas assim, quanto à pergunta ITCP, CISAMA e a pessoa do A3 foi fundamental mesmo, é uma coisa que com as nossas pernas jamais... Porque como que íamos juntar os grupos? Nunca! Eles não são rivais, mas*

trabalham disputando a mesma mercadoria, todo mundo tem que viver, tem que ganhar.

C2: *Várias participações de vocês da ITCP, da Uniplac, bastante gente engajado nisso, se cooperando e dando um tempo de vocês, para virem conversar com nós, e isso é importante.*

Os três cooperados são unânimes em afirmar a importância das entidades de apoio, afirmando que o processo de mediação foi fundamental para o desenvolvimento das atividades. C1 ainda ressalta que este trabalho propiciou a unificação dos dois grupos, o que indica um balizamento pelo princípio da cooperação.

EcoSol, inclusão produtiva e cooperativa como trabalho coletivo e democrático

Uma questão que surgiu durante as entrevistas foi a evidência de que os sujeitos entrevistados não tinham clareza do que é a Economia Solidária. Quando perguntados a respeito do significado deste termo as respostas foram:

C2: *Não, não tivemos. Quer dizer, quem sabe se até já tivemos nas reuniões com o pessoal e eu possa ter deixado passar, sem perceber né, porque daí são vários temas, várias prosas, tudo junto e aí quem sabe se até já saiu e eu não tenha me ligado muito.*

C3: *É difícil né. Eu fui poucas vezes e eu não estava desde o começo, ouvi falar pouca coisa.*

C1: *Que é compartilhado né, a arrecadação não é tua, ela é compartilhada com um, dois, três com o grupo.*

As falas dos cooperados denotam certo distanciamento do termo Economia Solidária, apesar de C1 relacioná-lo à arrecadação compartilhada com o grupo. Este desconhecimento evidencia uma lacuna na discussão das bases do cooperativismo, que, segundo Leite (2009), é apenas uma das formas de EcoSol, pois o termo não se restringe apenas às experiências cooperativas, mas inclui as práticas que contribuam a uma sociedade mais democrática e igualitária.

A unanimidade não é uma opção quando se trata de conceituar Economia Solidária, pois o termo, para alguns, remete às experiências britânicas do início do século XIX, inspiradas em ideias da transformação das relações de produção capitalista, pautadas na igualdade e

solidariedade, autogestão e controle operário da produção. No entanto, outros autores vinculam tal termo a um fenômeno novo, que se relaciona à crise econômica, e outros ainda a experiências fugazes e efêmeras que se multiplicam em momentos de crise (Leite, 2009).

A3: Bom, o conceito em si eu não recordo. Mas a Economia Solidária é como se fosse um comércio justo, eu considero, que as partes envolvidas todas elas têm vantagens na negociação e que saem satisfeitas no final do processo, pra ser curto e grosso.

Como indica o significado da fala de A3, que vincula este termo ao comércio justo, “o objetivo do empreendimento solidário é a obtenção da quantidade e da qualidade do produto ou serviço que venha a atender a demanda social, e não apenas maximizar o lucro com a venda do produto ou serviço” (Veronese, 2008, p. 50). O cooperativismo tem como foco melhores condições de vida para seus cooperados e a comunidade da qual ele faz parte e é considerado um eficiente instrumento de inclusão social, principalmente em situações que remetem à precarização do trabalho. Neto (2006) afirma que o cooperativismo é economia social, já que fomenta o desenvolvimento da economia, a justa distribuição de renda, além de gerar emprego.

Apesar de muitos entrevistados não demonstrarem proximidade com o tema e não conseguirem conceituar Economia Solidária, os mesmos afirmam seus princípios nas falas sobre a cooperativa, indicando que vivem na prática muitos de seus pressupostos balizadores.

A2: Inclusão produtiva, que é isso que nós estamos falando, e é onde falamos de inclusão produtiva, a gente fala que a economia solidária é um dos caminhos pra inclusão produtiva, e a economia solidária, com seus instrumentos, porque se não tiver cooperativa, tem conta, pode fazer fórum, pode reunir, mas como é que é o contrato de vocês? Como é que vamos estabelecer uma relação pública, então, a economia solidária, organizada de forma cooperativa com base em lei, como uma ferramenta de inclusão produtiva, então é esse que é “o vir a ser”, que é o caminho aí, que é o que se tá construindo.

A2 estabelece claramente a relação entre Economia Solidária e inclusão produtiva. Neste sentido, Parente e Gomes (2015) encontram em um estudo recente várias experiências empíricas em que o trabalho associado proporciona a integração social pelo trabalho

e desencadeia transformações positivas na vida dos sujeitos.

A inclusão produtiva dos sujeitos em formas cooperadas de trabalho também tem reflexo no significado das experiências para os próprios trabalhadores, pois, segundo Leite (2009, p. 47), vários estudos apontam para conclusões que corroboram a “hipótese de que essas experiências sugerem novas formas de sociabilidade para a recuperação da identidade e da dignidade dos trabalhadores”. Schneider (2015) ainda afirma que a cultura vivenciada nas cooperativas ajuda as pessoas não apenas a gerir bem a cooperativa e seu patrimônio, mas potencializa formas mais ativas e dinâmicas de cidadania na comunidade em que elas vivem e atuam.

Os apoiadores também relacionam em suas falas o cooperativismo e a democracia igualitária, pautada no diálogo entre seus membros e na possibilidade de todos expressarem sua opinião.

A3: A cooperativa por ela ter a cobertura legal, por ela ter uma série de facilidades né, por ela permitir que a gente tem um trabalho com pessoas né, organizadas e é uma coisa mais democrática, uma forma melhor de eles crescerem juntos né.

A1: Porque às vezes um levanta uma opinião, por ele ter uma voz mais ativa acaba impondo aquela opinião sobre o restante, e na verdade não é assim que tem que acontecer. Eles têm que na verdade aprender que tão todo mundo junto, não tem mais o sistema de chefe então é uma opinião de todos. Eu acho que é bem importante essa parte da formação legal burocrática e também nessa parte de intermediar os relacionamentos, até eles apreenderem entre si e sabendo no futuro como tem que funcionar, ouvir todo mundo e tomar a decisão conjuntas.

A1 remete para um processo de aprendizagem gradual, componente do processo de exercer relações mais igualitárias dentro do grupo, para alcançar a possibilidade de tomar decisões conjuntas, sem coerção entre seus membros. A democracia e o crescimento no coletivo são aspectos apontados por A3, que também reafirma, juntamente com A1, a importância do aspecto legal na formação da cooperativa.

Parente e Gomes (2015) relatam algumas resistências no início de um novo modelo de gestão, que evidenciam o tempo como um fator importante na familiarização dos indivíduos nessas formas democráticas de trabalho. Mas os mesmos autores também sinalizam

para uma evidente variabilidade dos padrões do exercício da democracia e solidariedade dentro dos empreendimentos, que se manifesta pela falta do exercício do direito de participar entre alguns trabalhadores e pela afirmação ativa deste direito por parte de outros cooperados. Tais aspectos democráticos foram evidenciados e reafirmados também pelos cooperados da presente pesquisa:

C1: Eu disse: eu não vou fazer uma reunião com o prefeito sem falar com todo o meu pessoal, tem que falar..., sim eu sei que tem que falar com o prefeito, mas calma, é uma cooperativa, eu tenho que falar com os associados pra depois falar com ele.

No entanto, esta forma mais justa e equitativa de distribuição dos bens e serviços produzidos tem como diferencial a democracia e a participação decisória dos associados, o que reflete em um resultado final melhor e mais justo e democraticamente distribuído (Schneider, 2015), mas também pode se transformar em uma falsa cooperativa, que não se pauta nos princípios da EcoSol e do cooperativismo. Portanto, o apoio à construção do cooperativismo legítimo mostra-se como em um desafio a ser enfrentado.

A2: E o desafio é que sejam cooperativas legítimas, então essas por estarem nascendo e a de Lages estar renascendo, acho que, quem está apoiando... Como é que é o processo, a gente está pavimentando essa relação do poder público com os catadores que, necessariamente tem de ser de forma organizada, individualmente o poder público não pode fazer nada por eles.

Leite (2009) atesta que, muitas vezes, o trabalho solidário serve como uma cortina de fumaça para encobrir a precarização do trabalho e a diminuição de custos de organizações que mais se assemelham a empresas, evidenciando um cenário complexo. A autora ainda revela que muitas destas falsas cooperativas iniciam seu processo com um ideal autogestionário, “mas vão perdendo sua independência na medida em que começam a se vincular a redes empresariais para poder sobreviver, abrindo um amplo espectro de distintos níveis de dependência” (Leite, 2009, p. 14).

Considerações finais

Este estudo teve como objetivo analisar as percepções de sujeitos envolvidos na consti-

tuição de uma cooperativa de trabalho de catadores de resíduos sólidos no município de São Joaquim (SC). Segundo os entrevistados, evidenciaram-se dificuldades relativas ao contexto dos catadores, em uma realidade permeada pelo empobrecimento, preconceito e situação de exclusão social; em outras palavras, esses catadores se encontram à margem, sem reconhecimento e valorização por parte da sociedade. Conforme os apoiadores envolvidos, a Lei 12.305/2010 altera este cenário ao preconizar a organização dos catadores em associações e cooperativas de trabalho e priorizar o estabelecimento de convênios ou contratos de prestação de serviços da coleta seletiva e reciclagem entre o poder público e estas organizações.

Diante das dificuldades destacadas e da desinformação por parte dos catadores do que preconiza a lei, a pesquisa demonstrou que a parceria das entidades de apoio foi fundamental para o processo de mobilização, organização e formação dos catadores e, por consequência, da constituição da cooperativa. Esta identificação permite compreender a relevância do movimento social e da política pública dos resíduos sólidos, que se apoia em três sujeitos coletivos, a saber, cooperativas autogestionárias (pautadas pelos valores da EcoSol), entidades apoiadoras e o poder público.

A pesquisa evidenciou que as ações desenvolvidas na esteira da política pública dos resíduos sólidos e no processo de organização dos catadores podem ter melhor êxito se calcadas no tripé supracitado, válido tanto para a organização dos catadores em cooperativa, objeto desta análise, como para o desenvolvimento da EcoSol em geral. Vale ressaltar que a constituição da cooperativa não garante o êxito do empreendimento, que os obstáculos persistem e se mantêm como desafio dentro do contexto de manutenção e ampliação do movimento cooperativista, demandando a continuidade de apoio técnico, político e educacional.

Referências

- BRASIL. 2010. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Altera a Lei nº 9.605, de 12/02/1998, e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 10/05/2015.
- BORTOLI, M.A. 2013. Processos de organização de catadores de materiais recicláveis: lutas e conformações. *Revista Katál*, 16(2):248-257. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802013000200011>

- CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL SERRA CATARINENSE (CISAMA). [s.d.]. Portfólio do CISAMA.
- COELHO, D.B.; GODOY, A.S. 2011. De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. *Revista de Administração Pública*, **45**(3):721-749. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122011000300008>
- FORTIM, F.J.; FARIA, J.A. 2002. Considerações sobre a reciclagem de embalagens plásticas. *Revista Polímeros: Ciência e Tecnologia*, **12**(1):1-10.
- GIL, A.C. 2002. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª ed., São Paulo, Atlas, 176 p.
- LEITE, M.P. 2009. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo: Teorias e realidades. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, **24**(69):31-51. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000100003>
- MEDEIROS, L.F.R.; MACÊDO, K.B. 2006. Catador de Material Reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? *Psicologia & Sociedade*, **18**(2):62-71. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000200009>
- MINAYO, M.C.S. 2004. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Hucitec, 269 p.
- NASCIMENTO, E.R. 2006. Princípios da Economia Solidária. Disponível em: https://www.editoraferreira.com.br/Medias/1/Media/Professores/ToqueDeMestre/EdsonRonaldo/edson_toque7.pdf. Acesso em: 25/03/2015.
- NETO, S. 2006. *Aspectos econômicos das cooperativas*. Belo Horizonte, Mandamentos, 222 p.
- PARENTE, C.; GOMES, A.M.C. 2015. Reciclando vidas: a força de empreendimentos solidários na integração social pelo trabalho. *Otra Economía*, **9**(16):79-93. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2015.916.06> Acesso em: 20/08/2015
- PAULA, M.B.; SOUZA-PINTO, H.; SOUZA, M.T.S. 2010. A importância das cooperativas de reciclagem na consolidação dos canais reversos de resíduos sólidos urbanos pós-consumo. In: Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais, XIII, São Paulo, 2010. *Anais...* Fundação Getúlio Vargas, p. 1-16.
- RODRIGUES, R. 2006. *Evolução do cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação*. Brasília, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 124 p.
- SCHNEIDER, J.O. 2015. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. *Otra Economía*, **9**(16):94-104. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/otra.2015.916.07/4674>. Acesso em: 20/08/2015.
- SINGER, P. 2002. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: B.S. SANTOS (org.), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, p. 81-129.
- SINGER, P. 2009. O impacto da crise no Brasil é "brutal". Disponível em: <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI3609755EI6579,00Paul+Singer+Impacto+da+crise+no+Brasil+e+brutal.html>. Acesso em: 25/03/2015.
- TRIVIÑOS, A.N.S. 2013. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, Atlas, 175 p.
- VERONESE, M.V. 2008. *Psicologia Social e Economia Solidária*. Aparecida, Ideias & Letras, 175 p.

Submetido: 07/12/2015

Aceito: 18/08/2016